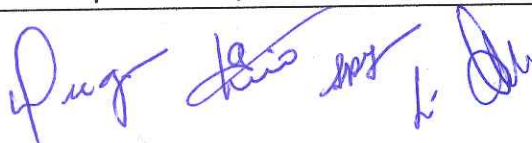


01 **Ata da reunião ordinária do Conselho Deliberativo do IPRC – Instituto de Previdência**
02 **do Município de Rio Claro.**
03 Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se nas
04 dependências do Instituto de Previdência de Rio Claro (IPRC), os membros do Conselho
05 Deliberativo para a realização da quarta reunião ordinária do ano de 2026, referente ao
06 quadriênio 2025/2028. Estiveram presentes o Superintendente do Instituto, Sr. Lineu
07 Viana de Oliveira, e os Conselheiros Flavia Piccoli Traina, Diego Reis, Gesner Lino de
08 Oliveira, Luciana Carbonezi e Silvino Marques de Cunha Junior. A ata da reunião
09 ordinária do dia cinco de março do ano de 2026 foi lida, aprovada e assinada pelos
10 presentes, bem como, realizada a análise do balancete e do parecer do Conselho Fiscal
11 referente ao mês de janeiro de 2026. Em conformidade com o parecer do Conselho
12 Fiscal, o Conselho Deliberativo manifesta-se pela aprovação sem ressalvas. Registra-se a
13 regularização dos repasses patronais, inclusive referentes a dezembro e ao 13º de 2025,
14 bem como a quitação de parcelamentos e valores em atraso. No mês de janeiro de
15 2026, o Instituto apresentou receita de R\$ 27.092.151,68, com despesas em
16 conformidade com os contratos vigentes e resultado positivo no período. Os
17 investimentos superaram a meta estabelecida, e o patrimônio totalizou R\$
18 664.063.254,17, evidenciando crescimento em relação ao mês anterior. Diante do
19 exposto, o Conselho Deliberativo acompanha integralmente o parecer do Conselho
20 Fiscal, aprovando a matéria sem ressalvas. Foi trazido ao conhecimento de todos os
21 membros o teor do Requerimento nº 339/2026, remetido ao Instituto de Previdência
22 pela Vereadora Tiemi Nevoeiro, após sessão camarária ocorrida em 16 de março do
23 corrente ano, que apresenta questionamentos relacionados à aquisição do prédio que
24 abrigará a nova sede do Instituto. É consenso de todos os presentes, que na resposta a
25 ser elaborada necessita constar esclarecimentos à nobre vereadora, que demonstra
26 entendimento equivocado quanto à propriedade do referido imóvel. Neste mesmo
27 sentido, apresentou-se aos presentes, documento recebido do Conselho Fiscal, enviado
28 ao Sr. Lineu Viana, datado de 07 de abril do corrente ano, onde solicita informações
29 sobre a ocupação da nova sede, após provocação da citada vereadora. Informou o
30 Superintendente, que após a elaboração das respostas, encaminhará para este
31 Conselho para análise do teor. Contudo, ressaltou o Superintendente que a compra do
32 imóvel ocorreu por uma questão de oportunidade e não de urgência, explicando ainda
33 que, as despesas de conservação do imóvel são baixas e não oneram as contas do
34 Instituto. No que se refere ao Termo de Referência, informou que está pronto e será
35 publicado para licitação. Esta reunião do Conselho Deliberativo contou com a presença
36 do Digníssimo Senhor Prefeito Municipal, Gustavo Ramos Perissinotto, que atendeu a
37 uma solicitação deste colegiado para prestar alguns esclarecimentos referentes aos
38 atrasos nos pagamentos das contribuições patronais e parcelamentos que estavam
39 recorrentes até o ano de 2025, sobre a Lei Complementar nº 226/2026 – Lei do
40 Descongela, sancionada em janeiro de 2026, que revogou o congelamento de tempo de
41 serviço dos servidores públicos imposto durante a pandemia (LC 173/2020), análise da

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fuga de ...', is written at the bottom of the page.

42 condição salarial dos servidores municipais que recebem os menores salários – abaixo
43 do salário mínimo, realização de futuros concursos públicos. O Prefeito iniciou a sua fala
44 apresentando um panorama geral da administração municipal, destacando a
45 necessidade de reflexão sobre decisões administrativas, legais e financeiras que
46 impactam diretamente os servidores públicos e o equilíbrio das contas públicas. Foi
47 abordado o histórico das progressões de carreira realizadas a partir de maio de 2022,
48 sem amparo legal à época. O Prefeito reconheceu que os pagamentos foram
49 autorizados de forma irregular, sendo posteriormente respaldados pela lei promulgada
50 em dezembro de 2025. Ressaltou que a nova lei não convalida atos passados, mas
51 fornece fundamento para defesa administrativa. Informou que tais medidas geraram
52 impacto financeiro aproximado de R\$ 60 milhões. Foi citado caso ocorrido na Fundação
53 Municipal de Saúde (1994/1995), em que gratificações concedidas por decreto foram
54 consideradas ilegais pelo Tribunal de Contas. Destacou-se que situações semelhantes
55 resultaram em sanções graves a gestores, incluindo inelegibilidade e bloqueio de bens.
56 O Prefeito afirmou que decisões tomadas recentemente podem gerar riscos jurídicos
57 semelhantes. No que se refere ao anuênio e outras irregularidades, informou que se
58 identificou divergência entre a Lei Orgânica (2%) e o Estatuto (1%) quanto ao anuênio,
59 pois o pagamento vem sendo realizado de forma incorreta há cerca de 20 anos. Com
60 base em decisões do Supremo Tribunal Federal e apontamentos do Tribunal de Contas,
61 será adotado o percentual de 1% a partir de agora. Também foi apontada inconsistência
62 no cálculo da sexta-parte, que será corrigida futuramente. Em referência à política
63 salarial e benefícios, o Prefeito destacou a impossibilidade legal de conceder reajustes
64 diferenciados entre categorias. Informou que há intenção de garantir, no futuro, que
65 todos os servidores recebam ao menos o salário mínimo. Destacou o aumento
66 significativo do vale-alimentação, passando de aproximadamente R\$ 340,00 para R\$
67 1.028,50. Discutiu-se a realização de concursos públicos conforme disponibilidade
68 financeira. Houve divergência entre o Prefeito e o Superintendente quanto à vantagem
69 do regime estatutário versus celetista. O Prefeito ressaltou a necessidade de análise
70 específica da realidade local antes de decisões estruturais. Quanto à situação do
71 Instituto de Previdência (IPRC), o Prefeito destacou a melhoria da situação atuarial do
72 Instituto durante sua gestão. Informou pagamentos expressivos de precatórios e
73 parcelamentos de gestões anteriores. Estimou que os pagamentos realizados superam
74 em cerca de 30% a obrigação legal. Alertou que, mesmo com avanços, a
75 sustentabilidade futura exige atenção contínua. Foi apresentado panorama do cenário
76 econômico e fiscal e, aumento significativo de despesas públicas pós-pandemia
77 (insumos, transporte, saúde e alimentação). Destacou-se a estagnação das receitas
78 municipais e redução de repasses. Informado que cerca de 88% dos municípios
79 enfrentam dificuldades fiscais. Estimativa de déficit acumulado de aproximadamente R\$
80 500 a R\$ 600 milhões até o final do mandato. Foram apresentadas ações estruturantes
81 para enfrentamento da crise fiscal: **DAAE**: reestruturação com possível captação de
82 recursos e investimentos em abastecimento de água (ETA 3). **Aumento do ISS:**

Quero saber
1.00



83 ampliação da arrecadação visando impacto futuro na reforma tributária. **Revisão do**
84 **IPTU:** atualização cadastral para aumento de arrecadação sem elevação de alíquota.
85 **Securitização da dívida ativa:** antecipação de receitas futuras. **Venda do campo da**
86 **aviação:** estimativa de arrecadação relevante para investimentos e passivos. **Cobrança**
87 **de tarifa de lixo:** adequação ao marco legal do saneamento. Apresentou possíveis
88 outras fontes de receitas, tais como, cobrança de royalties do gás natural (já em
89 andamento, com ações retroativas) e ações judiciais para recuperação de receitas
90 (Imposto de Renda e SUS). Apresentou planos de investimentos estratégicos como a
91 implantação do aeroporto regional e distrito industrial, expansão da infraestrutura
92 educacional e tecnológica (FATEC e Instituto Federal) e objetivo de crescimento
93 econômico de longo prazo (10 a 15 anos). O Prefeito alertou para possível agravamento
94 da situação fiscal nos próximos anos. Destacou que decisões atuais visam garantir
95 sustentabilidade mínima do sistema previdenciário e da administração pública.
96 Ressaltou a importância da responsabilidade na gestão futura e no papel dos
97 conselheiros como representantes dos servidores. O Prefeito colocou-se à disposição
98 para novos esclarecimentos e destacou que poderá retornar ao Conselho para
99 atualização das ações em andamento. Reforçou a importância da análise crítica e da
100 verificação das informações apresentadas. Os membros do Conselho Deliberativo
101 agradeceram a disponibilidade e presença do Sr. Prefeito. Nada mais havendo a tratar,
102 eu, Flavia Piccoli Traina, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada
103 pelos presentes: *Flavia P. Traina, Luiz Carlos;*

104 *Diego Reis* *[Signature]* *[Signature]*
105 _____
106 _____
107 _____